



BR PARTNERS

BRBI BR Partners S.A.

(anteriormente denominada "BR Advisory Partners Participações S.A.")

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRBI BR Partners S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Destacamos os seguintes fatos no quarto trimestre de 2025:

Contexto econômico

O quarto trimestre de 2025 foi marcado pela consolidação do processo de desinflação global e pela manutenção de posturas cautelosas por parte dos principais bancos centrais, em um ambiente de crescimento econômico moderado. Nos Estados Unidos, indicadores de inflação e atividade reforçaram a expectativa de continuidade do ciclo de flexibilização monetária de forma gradual, enquanto a Europa seguiu em compasso de espera diante de uma inflação ainda acima da meta e atividade fraca. No Brasil, a inflação encerrou o ano dentro do intervalo de tolerância, com a política monetária permanecendo restritiva ao longo do trimestre. A China continuou enfrentando desafios relacionados à demanda doméstica e ao setor imobiliário, sustentando uma estratégia de estímulos graduais. Nos mercados, o período foi caracterizado por ajustes nas curvas de juros, dólar relativamente estável e desempenho misto dos ativos de risco, refletindo a combinação de desinflação, crescimento contido e incertezas externas.

No Brasil, o quarto trimestre consolidou um cenário de inflação mais benigna, refletindo a desaceleração de componentes cíclicos e a dissipação de choques pontuais observados ao longo do ano. O IPCA encerrou 2025 dentro da faixa de tolerância da meta, reforçando a leitura de avanço no processo de convergência inflacionária, ainda que núcleos de serviços sigam acima do nível compatível com o centro da meta no horizonte relevante. A atividade econômica apresentou sinais de moderação no início do trimestre, em linha com os efeitos defasados da política monetária restritiva, após um desempenho mais robusto observado ao longo do primeiro semestre. Apesar da desaceleração, o mercado de trabalho manteve-se relativamente resiliente, com a taxa de desemprego em níveis historicamente baixos, ainda que o ritmo de criação de vagas tenha perdido fôlego no fim do ano, moderando o crescimento da renda e do consumo das famílias. No campo fiscal, o resultado primário do governo central encerrou o ano em *déficit*, refletindo o aumento de despesas obrigatórias e a dependência de receitas extraordinárias ao longo de 2025. O debate fiscal permaneceu no centro das atenções, com o mercado monitorando a capacidade de consolidação do arcabouço fiscal e seus impactos sobre as expectativas de médio prazo. A política monetária permaneceu inalterada ao longo do trimestre, com a taxa Selic mantida em 15,0% a.a., e a comunicação do Banco Central reforçando a necessidade de cautela e de confirmação adicional da convergência inflacionária antes do início de um ciclo de flexibilização, amplamente discutido para o início de 2026.

Na Europa, o quarto trimestre foi marcado pela continuidade de um crescimento econômico modesto e pela desaceleração gradual da inflação. A acomodação dos preços de energia e alimentos contribuiu para a redução das taxas de inflação, embora a inflação de serviços tenha permanecido relativamente elevada, exigindo prudência por parte das autoridades monetárias. O Banco Central Europeu manteve a política monetária inalterada ao longo do trimestre, reforçando a dependência de dados e a necessidade de observar a evolução dos salários e das expectativas de

inflação antes de qualquer ajuste relevante. A atividade econômica da zona do euro seguiu apresentando desempenho heterogêneo entre os países, com recuperação gradual da demanda interna em algumas economias e fragilidade persistente na indústria, especialmente nos setores mais expostos ao comércio internacional. O bloco permaneceu vulnerável a choques externos, em especial às incertezas relacionadas ao comércio global e às tensões geopolíticas.

Nos Estados Unidos, os indicadores divulgados ao longo do quarto trimestre apontaram para uma desaceleração mais clara da inflação e da atividade econômica. A inflação ao consumidor recuou de forma mais consistente no fim do ano, com alívio também nos núcleos de preços, reforçando a percepção de que o processo desinflacionário ganhou tração. O mercado de trabalho apresentou sinais de moderação, com menor criação líquida de vagas e indicadores antecedentes sugerindo arrefecimento da demanda por trabalho, embora o nível de emprego tenha permanecido elevado em termos históricos. Nesse contexto, o Federal Reserve manteve uma postura cautelosa, sinalizando que a condução da política monetária seguirá dependente da evolução dos dados, com expectativa de continuidade do processo de flexibilização de forma gradual ao longo de 2026. A curva de juros refletiu esse cenário, com ajustes ao longo do trimestre em resposta às leituras de inflação e atividade.

A China encerrou o quarto trimestre de 2025 ainda enfrentando desafios relevantes relativos à demanda doméstica e ao setor imobiliário. As autoridades mantiveram uma estratégia de estímulos graduais e direcionados, buscando sustentar o crescimento sem comprometer a estabilidade financeira. A inflação ao produtor permaneceu em terreno negativo, refletindo excesso de capacidade e demanda contida em diversos setores industriais, enquanto a inflação ao consumidor apresentou variações moderadas, indicando que as pressões deflacionárias seguem concentradas na cadeia produtiva. O crescimento econômico manteve-se em ritmo moderado no fim do ano, em linha com a meta oficial, embora com sinais de desaceleração marginal em relação aos trimestres anteriores, reforçando a necessidade de continuidade das políticas de suporte à atividade, especialmente voltadas ao consumo doméstico e à estabilização do mercado imobiliário.

Desempenho dos negócios

As receitas totais atingiram R\$531,4 milhões em 2025, uma redução de 8,6% em relação ao ano anterior. O lucro líquido atingiu R\$175,1 milhões, uma redução de 9,6% em relação ao ano anterior. Já o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) atingiu 22,1% no ano. A Companhia encerrou o exercício com um patrimônio líquido de R\$783,3 milhões.

Iniciativas sociais

A Companhia apoia, por meio das leis de incentivo fiscal, organizações não governamentais com projetos voltados principalmente à saúde, educação, esporte, diversidade e equidade de gênero. Em 2025, a Companhia realizou, por meio de seu programa BR DOA, a participação na campanha McDia Feliz e subsidiou a participação de 35 colaboradores na Corrida TUCCA 2025, organizada pela Associação TUCCA, em parceria com o Santa Marcelina Saúde. O evento tem como objetivo arrecadar fundos para o tratamento de crianças e adolescentes com câncer.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

A Companhia não tem política formal de reinvestimento por parte de seus acionistas e todos os reinvestimentos até aqui verificados foram deliberados pelos acionistas em sede de AGO/AGE.

A política de dividendos da Companhia prevê a distribuição anual do dividendo mínimo obrigatório no valor de 25%, contudo a Companhia pretende remunerar seus acionistas de acordo com a apuração dos resultados auferidos ao longo do exercício, enviando melhores esforços para distribuir dividendos a um percentual superior ao estabelecido pela legislação vigente.

Relacionamento com auditores independentes

Em conformidade com o disposto na Resolução CVM nº 162/22 da Comissão de Valores Mobiliários, a Companhia possui política e processo estabelecido para contratação de auditoria independente, considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência. Ademais, são avaliados aspectos de potenciais conflitos de interesse na contratação da mesma empresa de auditoria para serviços de outras naturezas, de modo a mitigar riscos de perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora				Consolidado					Notas	Controladora				Consolidado			
		Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024			Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024								
Ativo																			
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.504	2	137.792	57.235						12a	—	—	33.222	—				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	6a	89.557	117.895	11.712.650	9.273.217						12b	—	—	13.664.510	—				
- Títulos públicos		—	—	11.369.995	8.684.734							—	—	9.938.917	8.056.208				
- Títulos privados		—	—	174.349	405.612							—	—	1.637.964	2.627.471				
- Cotas de fundo de investimento		89.557	117.895	168.306	182.871							—	—	3.703.658	1.841.558				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6b	—	—	3.308.755	2.379.657							—	—	781.663	1.139.273				
- Títulos privados		—	—	1.385.470	1.063.568							7a	1.666	—	344.451	317.315			
- Cotas de fundo de investimento		—	—	1.923.285	1.316.089							9.695	2.739	53.934	93.253				
Instrumentos financeiros derivativos	7a	3.011	—	1.023.349	1.071.190							2.739	—	—	—	—			
Ativos financeiros ao custo amortizado	8	—	—	1.124.190	1.576.438							11	9.444	2.502	42.691	77.231			
- Operações de crédito		—	—	184.958	346.523							—	158	117	19.998	12.806			
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado		—	—	939.232	1.229.915							18b	3.173	—	9.382	15.914			
Dividendos a receber		55.496	11.105	—	—							15.656	20.840	176.096	148.099				
Outros ativos		3.072	54	26.874	27.260							30.348	23.696	16.699.285	14.251.897				
Ativo fiscal diferido	18b	5.607	3.060	92.425	95.639							13a	674.940	674.940	674.940	674.940			
Investimentos em controladas	10	627.399	696.170	—	—							(30.193)	(30.193)	(30.193)	(30.193)				
Imobilizado		—	—	44.265	42.329							149.025	169.245	149.025	169.245				
Intangível		—	—	12.283	15.522							(10.474)	(9.402)	(10.474)	(9.402)				
Total do ativo		813.646	828.286	17.482.583	15.056.487							783.298	804.590	783.298	804.590				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																			

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)



BR PARTNERS

BRBI BR Partners S.A.

(anteriormente denominada "BR Advisory Partners Participações S.A.")

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)								
	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	674.940	(30.193)	45.003	135.314		(3.527)	(720)	820.817
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	193.670	193.670
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	(5.155)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	674.940	(30.193)	45.003	135.314		(5.503)	348	193.670
Transações com acionistas e constituição de reservas	—	—	—	—	—	(9.030)	(372)	1.009.332
Constituição de reservas	—	—	—	—	—	—	—	—
- Legal	—	—	9.683	—	—	—	—	(9.683)
- Expansão e investimentos	—	—	—	95.159	—	—	—	(95.159)
Dividendos adicionais pagos – 2023	—	—	—	(12.599)	—	—	—	(12.599)
Dividendos intercalares/intermediários pagos – 2024	—	—	—	(78.747)	—	—	—	(110.246)
Dividendos extraordinários pagos	—	—	—	(43.467)	—	—	—	(81.897)
Dividendos adicionais propostos – 2024	—	—	—	18.899	—	—	—	(18.899)
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	—	—	9.683	(20.755)	—	—	—	(193.670)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	674.940	(30.193)	54.686	114.559		(9.030)	(372)	(204.742)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	175.073	175.073
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	(1.524)	452	(1.072)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	674.940	(30.193)	54.686	114.559		(10.554)	80	804.590
Transações com acionistas e constituição de reservas	—	—	—	—	—	—	—	—
Constituição de reservas	—	—	—	—	—	—	—	—
- Legal	—	—	8.754	—	—	—	—	(8.754)
- Expansão e investimentos	—	—	—	—	—	—	—	(128.521)
Distribuição de dividendos intermediários – 2025	—	—	—	128.521	—	—	—	(107.096)
Distribuição de dividendos extraordinários	—	—	—	(69.298)	—	—	—	(69.298)
Distribuição de dividendos adicionais – 2024	—	—	—	(18.899)	—	—	—	(18.899)
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	—	—	8.754	(28.974)	—	—	—	(195.293)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	674.940	(30.193)	63.440	85.585		(10.554)	80	783.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)								
	Controladora	Consolidado					Controladora	Consolidado
	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024			Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Receitas								
Intermediação financeira	13.646	10.207	12.416.758	7.401.331	Valor adicionado total a distribuir		174.370	202.927
Prestação de serviços	13.646	10.204	12.107.943	7.049.611	Distribuição do valor adicionado		174.370	202.927
Perda por redução ao valor recuperável	—	—	319.804	364.822	Pessoal	3.333	4.722	404.521
Outras	—	—	(13.124)	(14.355)	Remuneração direta	2.822	4.123	432.829
Despesas financeiras	(7.260)	(218)	(11.896.367)	(6.833.214)	Benefícios	492	480	89.893
Insumos adquiridos de terceiros	(10.100)	(2.929)	(105.033)	(127.779)	FGTS	19	119	14.310
Materiais, energia e outros	(2.511)	(2.386)	(49.295)	(38.341)	Federais	(4.036)	4.535	13.241
Serviços de terceiros	(6.874)	(5.438)	(54.909)	(86.362)	Municipais	(4.036)	4.535	10.895
Outras despesas operacionais	(715)	(543)	(829)	(3.076)	Remuneração de capitais de terceiros	—	—	15.623
Valor adicionado bruto	(3.714)	7.060	415.358	440.338	Aluguéis	—	—	17.977
Depreciação e amortização	—	—	(10.837)	(7.509)	Remuneração de capitais próprios	—	—	3.933
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(3.714)	7.060	404.521	432.829	Lucro líquido do exercício	175.073	193.670	4.457
Valor adicionado recebido em transferência	178.084	195.867	—	—	Dividendos intermediários	137.275	104.842	104.842
Resultado de equivalência patrimonial	178.084	195.867	—	—		37.798	88.828	88.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional	acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03 de fevereiro de 2026.	
b. Moeda funcional e moeda de apresentação	As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.
As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado nas rubricas de "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros" ou "Despesas de juros e (perdas) em instrumentos financeiros".	
Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final da cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, como receitas ou despesas de juros e ganhos em instrumentos financeiros. Para o investimento no exterior que possui moeda funcional diferente do Real, os efeitos da conversão estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de "Outros Resultados Abrangentes".	
c. Demonstrações financeiras individuais	Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.
d. Demonstrações financeiras consolidadas	As demonstrações financeiras consolidadas, são contabilizadas no resultado das empresas controladas, diretas e indiretas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	
a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)	As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas
	de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
Controladas diretas	
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	
BR Partners Mercados de Capitais Ltda.	
BR Partners Assessoria em Soluções de Capital Ltda. (3)	
BR Partners Assessoria Financeira Rio de Janeiro Ltda. (4)	
Controladas indiretas	
BR Partners Banco de Investimento S.A.	
BR Partners Europe B.V.	
BR Partners Corretora de Seguro Ltda.	
Fundos de investimento (2)	
Total Fundo de Investimento Financeiro – Classe de Investimento Multimercado	
Crédito Privado – Responsabilidade Limitada	
BR Partners Capital	
(1) Percentuais inferiores a 100% referem-se à participação da BR Partners Holdco Participações S.A. ("Holdco").	
(2) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Grupo assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.	
(3) Em 16 de junho de 2025 a razão social da BR Partners Assessoria em Reestruturação Financeira Ltda. foi alterada para BR Partners Assessoria em Soluções de Capital Ltda.	
(4) Empresa constituída no terceiro trimestre de 2025, com sede no Rio de Janeiro, cujo objeto social é a prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial.	
3. Políticas contábeis materiais	
a. Caixa e equivalentes de caixa	Depende da análise realizada no modelo de negócio e o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPJ").
• Instrumentos financeiros ao custo amortizado	Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:
	– É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é obter fluxos de caixa contratuais; e
	– Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais com apenas pagamentos de principal e juros.
	O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros", utilizando o método da taxa de juros efetiva.
• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Instrumentos financeiros mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, ativos
	devedores de coleta de fluxos de caixa contratuais, sendo que esses fluxos de caixa representam SPPJ,



BR PARTNERS

BRBI BR Partners S.A.

(anteriormente denominada "BR Advisory Partners Participações S.A.")

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de perdas de créditos esperadas, a Companhia adotou os critérios de *default* e aumento significativo de risco de crédito e levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas de crédito esperadas, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

Para o critério de *default* a Companhia adota 90 dias de atraso, quanto ao critério de aumento significativo de nível de risco, a Companhia considera o diferencial de dois pontos para cima entre a classificação inicial de nível de risco da operação e a avaliação do nível de risco atual. Esse diferencial pode ser dado pela avaliação do *rating* do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito. A Companhia avalia o perfil de risco de cada cliente sempre levando em consideração os seguintes tópicos, entre outros aspectos: i) perfil da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho macroeconômico; e iv) estrutura da operação e suas garantias.

c. Instrumentos financeiros derivativos e Hedge Accounting

Derivativos

Essas operações são registradas e custodiadas na B3 S.A.. A área de gestão de riscos monitora diariamente o enquadramento do Grupo aos parâmetros definidos na Política de Riscos. Essa política tem como objetivo estabelecer as tolerâncias do Comitê de Gestão do Grupo BR Partners às exposições ao risco de mercado, definir as técnicas para efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição excessiva ao risco de mercado. O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado com base nos preços de mercado dos seus ativos-objetos ("mark-to-market"). As informações utilizadas são de fontes oficiais e a metodologia de apuração respeita o que foi aprovado internamente pela Diretoria ou Conselho de administração.

As operações atualmente têm como objetivo compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos e são contabilizadas pelo valor justo em contas patrimoniais, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos contratos ou valores referenciais são registrados em conta de compensação.

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As operações que utilizam instrumentos financeiros para *hedge* de carteira, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Hedge Accounting

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para fins de *Hedge Accounting* estão registrados no Banco, classificado como *Hedge* de valor justo, baseado na estratégia de mitigar riscos de taxas de juros das captações, operando com contratos futuros, como forma de compensar as exposições às variações no valor justo. A área de gestão de riscos monitora diariamente o enquadramento do Grupo aos parâmetros definidos na Política de Riscos. Essa política tem como objetivo estabelecer as tolerâncias do Comitê de Gestão do Grupo BR Partners às exposições ao risco de mercado, definir as técnicas para efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição excessiva ao risco de mercado.

O Banco determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos esteja em sentidos opostos e nas mesmas proporções. O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Para avaliar a eficácia da estratégia, o Grupo adota a metodologia do "dollar offset method", que consiste em calcular a diferença entre a variação do valor justo do instrumento de *hedge* versus a variação no valor justo do objeto de *hedge* atribuído às alterações na taxa de juros.

O Grupo mantém estrutura de *hedge* de valor justo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme evidenciado na nota explicativa 7e.

d. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos de uso	10 anos
Direito de uso de imóvel ⁽¹⁾	10 anos
Equipamentos de informática e telefonia	5 anos

⁽¹⁾ Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

e. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são representados pelo ágio pago para operar e exercer as atividades privativas de instituições financeiras anteriormente realizadas pelo Banco Porto Seguro S.A. no processo de cisão parcial registrada na Ata de Assembleia de Sócios do dia 30 de abril de 2012, e registrado na BR Partners Participações Financeiras Ltda. controladora do BR Partners Banco de Investimento S.A.. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzido pelas perdas acumuladas por redução do valor recuperável.

As licenças de software adquiridas também fazem parte do intangível e são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. A amortização, quando determinada, é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças de software adquiridas durante a vida útil estimada em contrato.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares e outros intangíveis	1 a 5 anos
Ágio - licença adquirida	Indeterminado

f. Passivos financeiros

Os passivos financeiros classificados ao custo amortizado são demonstrados pelos fluxos de caixa conhecidos ou calculáveis, deduzido das correspondentes despesas apropriar e acrescido dos encargos e variações monetárias (em base "pro-rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço. Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado são mensurados inicialmente pelo seu valor justo, ajustada em relação a qualquer custo de transação que sejam incrementais e diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão desse instrumento financeiro.

g. Tributos sobre lucros

As despesas de tributos sobre lucros compreendem o imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social ("CSLL") correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Para a Controladora, BR Partners Participações Financeiras Ltda. e a BR Partners Assessoria Financeira Ltda., o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Para o BR Partners Banco de Investimento S.A., a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro tributável.

Para as empresas BR Partners Gestão de Recursos Ltda., BR Partners Mercados de Capitais Ltda., BR Partners Assessoria em Soluções de Capital Ltda., BR Partners Corretora de Seguros Ltda. e BR Partners Assessoria Financeira Rio de Janeiro Ltda. utiliza-se o método do lucro presumido para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social, aplicando as taxas nominais sobre o lucro presumido apurado com base em suas receitas operacionais e sobre suas receitas financeiras, sendo 32% de presunção de lucro, 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 por trimestre e 9% para a contribuição social, respectivamente.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

h. Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados conforme segue:

Ativos contingentes: trata-se de um ativo provável que surge de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle do Grupo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não registrou ativos contingentes.

Passivos contingentes: são constituídos levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisão a integralidade do processo, para perda avaliada como possível, apresenta-os em nota explicativa, e para perda avaliada como remoto, não há divulgação nas demonstrações financeiras. Obrigações legais – tributárias e previdenciárias: decorrem de ações judiciais relacionadas a obrigações fiscais, nas quais o objeto contestado é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação da probabilidade de sucesso, têm seus valores reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os registros de processo judicial no âmbito cível, tributário e trabalhista estão apresentados na nota explicativa 20b.

i. Arrendamento

Um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Assim, a Companhia passa a reconhecer os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os imóveis e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de pagar o arrendamento de tais imóveis.

j. Capital social

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo obrigatório de acordo com as diretrizes do Estatuto Social da Companhia, bem como pela Lei 6.404/76.

k. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisão na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

l. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento de receitas com prestação de serviços

O reconhecimento de receita ocorre quando o serviço é concluído e entregue ao cliente, substancialmente na conclusão do trabalho.

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes:

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Treasury, Sales Structuring e Mercado de Capitais	Comissão sobre colocação e intermediação de títulos no mercado e por diversos tipos de serviços financeiros.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulado em contrato a data de pagamento.
Administração e gestão de ativos	Atua na estruturação e distribuição de produtos financeiros desenvolvidos especificamente de acordo com as necessidades de cada cliente.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão cobrados pelo serviço prestado.
Assessoria e consultoria financeira – Investment Banking	A BR Partners oferece serviços de consultoria financeira e estratégica relacionada a fusões e aquisições, captação de recursos, parcerias estratégicas, joint ventures e reestruturação societária.	O reconhecimento da receita se dá em um momento específico do tempo, quando há o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato.

m. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente e as informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da controladora e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que essas empresas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras em CPC/IFRS foram preparadas com base nesse princípio.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Os instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo.

Para instrumentos classificados como Nível 3, utilizamos nosso próprio julgamento para chegar à mensuração do valor justo.

Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado,

o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente da data de divulgação. Para uma discussão detalhada da determinação do valor justo de instrumentos financeiros, vide Nota 3n.

Ativos fiscais diferidos

Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração nas projeções de lucros futuros e determinação da expectativa do tempo de realização.

Redução ao valor recuperável do ágio ("impairment")

O Grupo avalia se o valor contábil correto do ágio sofre redução ao seu valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa ("UG



BR PARTNERS

BRBI BR Partners S.A.

(anteriormente denominada “BR Advisory Partners Participações S.A.”)

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das *Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

ii. Técnicas de avaliação e premissas não observáveis

– Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo – Nível 2

Tipo	Técnica de avaliação
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado (títulos públicos e privados) ⁽¹⁾	Títulos públicos: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos títulos públicos consiste em capturar as taxas e curvas divulgadas pelo mercado para cada vencimento de título público, obtendo assim o <i>MTM</i> (<i>Mark to Market</i>) ao multiplicar pela quantidade existente em carteira. Títulos privados: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos títulos privados consiste em capturar as taxas dos respectivos indexadores (Pré, CDI, IPCA, IGPM, etc.), calcula-se então os juros e o valor futuro das operações multiplicando pelo principal, e após capturar suas respectivas curvas, obtém-se então o <i>MTM</i> trazendo a valor presente pela respectiva curva no vencimento do título.
Instrumentos financeiros derivativos (Swap, NDF) ⁽¹⁾	Modelos de <i>Swap</i> : O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de <i>Swap</i> , preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precisar <i>Swap</i> de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Grupo e da contraparte, calculado com base nos <i>spreads</i> de crédito derivados de <i>Credit Default Swaps</i> ou preços atuais de títulos negociados. Swap de fluxo de caixa: o valor justo (<i>MM</i>) corresponderá ao somatório dos <i>MTMs</i> de cada fluxo (conforme metodologia descrita acima), onde a data de início e de vencimento dos fluxos serão aplicadas em substituição a data inicial e de vencimento da operação, e também o saldo remanescente em substituição ao principal. NDF: O produto NDF (<i>Non Deliverable Forward</i>), ou mesmo Contrato a Termo, é um contrato de balcão de compra e venda futura de um ativo objeto, por paridade negociada entre as partes. Por ser um contrato de balcão, o tamanho do contrato, bem como a data de vencimento são livremente pactuados entre os participantes. Ademais, a liquidação se dá exclusivamente por diferença (liquidação financeira) entre o preço de mercado na data de vencimento do contrato (ou outras datas, no caso de asiático) e o preço acordado (no caso de posição comprada para posição vendida, é o oposto), não havendo, desta forma, a entrega física do ativo objeto. O valor justo de uma NDF é obtido estimando um valor futuro com base no preço atual do ativo objeto, levado até o vencimento pelas respectivas curvas construídas a partir de fontes similares e que refletem as taxas de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado e trazidas a valor presente pela respectiva curva de mercado.

⁽¹⁾ Inputs significativos não observáveis e relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo não são aplicáveis.

– Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo – Nível 3

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado – Cotas de fundo de investimento em participações	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco.	Os fundos de investimentos em participações que possuem investimentos em companhias de empreendimentos imobiliários e comerciais, nas quais dependem de fatores não observáveis de mercado, que utilizam entre outras premissas as expectativas e projeções de resultados futuros, taxas de crescimento, taxas de descontos e taxas de inflação entre outros.	O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se: – o fluxo de caixa esperado fosse maior (menor); ou – a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior).
Instrumentos financeiros derivativos – Opções	O valor justo (preço) de uma opção, ou seja, o seu prêmio é dado pela possibilidade de exercício da mesma. De um modo mais específico, ele é dado pela possibilidade imediata de exercício ou pela possibilidade de ser exercida posteriormente. Assim, o apreçoamento do prêmio consiste em dois tipos de valores, respectivamente: • Valor intrínseco: que só existe quando o valor do ativo no mercado à vista for superior ao preço de exercício (<i>strike price</i>) no caso de opção de compra e ao contrário para a opção de venda. Portanto, uma opção <i>in-the-money</i> possui valor intrínseco. • Valor temporal: é a diferença entre o prêmio e o valor intrínseco da opção. De modo que esse valor depende do preço do ativo objeto, tempo de vencimento da opção, da volatilidade esperada das cotações do ativo objeto, da taxa de juros e no caso da ação como ativo objeto, os dividendos esperados como demonstrado abaixo: Preço do ativo objeto: de acordo com a relação do preço do ativo objeto no mercado à vista com o preço de exercício da opção, as opções podem ser classificadas como: i. Opção <i>in-the-money</i> (dentro do dinheiro): preço do ativo objeto é superior ao preço de exercício da opção no caso da opção de compra e inferior no caso da opção de venda; ii. Opção <i>at-the-money</i> (no dinheiro): preço do ativo objeto é igual ao preço de exercício da opção para opção de compra e venda; iii. Opção <i>out-of-the-money</i> (fara do dinheiro): preço do ativo objeto é inferior ao preço de exercício da opção para opção de compra e superior para opção de venda. • Tempo: quanto maior o tempo para o vencimento da opção, maior é o valor do prêmio, pois maior será a probabilidade de exercício; • Volatilidade: quanto maior e mais frequentes as oscilações de preço, maior será a imprevisibilidade de exercício e, portanto, maior será o risco do lançador que o decorre em um prêmio maior também; • Taxa de Juros: representa o custo de oportunidade de adquirir o ativo objeto, de modo que quanto maior esse custo do dinheiro mais vantajoso se torna comprar a opção do que comprar diretamente o ativo objeto. No caso da opção de compra essa relação é inversa. • Dividendo: quanto maior é a expectativa de pagamento de dividendos maior será o benefício de adquirir a ação e, portanto, maior será o prêmio da opção. O valor temporal reduz-se gradualmente até atingir o valor zero na data de vencimento da opção.	Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (Opções) classificados como Nível 3 são: • taxa de juros; • dividendos; • preço do ativo subjacente; e • volatilidade	Variações significativas em quaisquer desses inputs isolados ou combinados podem resultar em alterações significativas no valor justo
Instrumentos financeiros derivativos – Swap	Os ajustes a valor justo, proveniente dos custos de financiamentos de determinados contratos de derivativos, refletem as mudanças no valor justo desses contratos dado o seu perfil de fluxo de caixa no tempo e/ou pelas garantias atreladas.	Os dados não observáveis utilizados na metodologia de valor justo de alguns swaps estão relacionados às taxas de captação interna.	Variações significativas nas taxas de captação interna podem resultar em alterações relevantes no valor justo.

iii. Conciliação dos valores justos de Nível 3

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de todos os ativos e passivos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3), durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

a. Cotas de fundo de investimento

	VJR Outlet	VJR BR FIM	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	80.219	21.710	101.929
Aquisição de cotas	–	6.000	6.000
Variação líquida no valor justo	7.736	2.230	9.966
Saldo em 31 de dezembro de 2024	87.955	29.940	117.895
Amortização principal	(13.089)	–	(13.089)
Recebimento de juros	(20.140)	–	(20.140)
Variação líquida no valor justo	948	3.943	4.891
Saldo em 31 de dezembro de 2025	55.674	33.883	89.557

b. Instrumentos financeiros derivativos

	VJR – Opções Ativo	VJR – Opções Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.924	(4.561)	
Prêmios pagos (recebidos)	59.693	(81.331)	
Variação líquida no valor justo	(45.800)	68.055	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.817	(17.837)	
Prêmios pagos (recebidos)	106.238	(4.522)	
Variação líquida no valor justo	(18.816)	17.837	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	106.239	(4.522)	
Swap	(2.017)	–	
Valor de custo	61.392	–	
Ajuste a valor justo	31.802	–	
Ajuste a valor justo (<i>input</i> nível 3)	(329)	–	
Ajuste de risco de crédito de contraparte	90.848	–	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(37.795)	(19.702)	
Valor de custo	39.353	(8.250)	
Ajuste a valor justo	31.443	11.528	
Ajuste a valor justo (<i>input</i> nível 3)	(45)	–	
Ajuste de risco de crédito de contraparte	32.956	(16.424)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	139.195	20.946	
Total de instrumentos financeiros derivativos nível 3 em 31 de dezembro de 2025	109.665	17.837	

iv. Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

A análise de sensibilidade para instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é essencial para compreender a incerteza associada às estimativas de valor justo. Esses instrumentos são mensurados com dados de mercado não observáveis, o que implica em um alto nível de julgamento e estimativa por parte da Administração.

Para performance das análises, o Grupo considerou as principais premissas que influenciam no valor justo, como taxas de desconto, volatilidade, taxa média de captação interna e outros fatores específicos de instrumentos financeiros. Por exemplo, uma variação na taxa de desconto pode ter impacto substancial no valor justo, refletindo mudanças nas condições de mercado ou nas expectativas econômicas.

Adicionalmente, a volatilidade dos preços dos ativos subjacentes pode afetar diretamente a valorização dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3, resultando no aumento de incertezas e, consequentemente, em possíveis variações nas faixas de mensuração de valor justo.

Outros fatores, como a mudança nas condições econômicas ou no ambiente regulatório, também podem influenciar as estimativas de valor justo. A Administração monitora esses assuntos e ajusta a valorização de acordo com a necessidade para certificar-se que os valores foram reportados adequadamente refletindo as condições de mercado e riscos associados, bem como as inter-relações que existem entre essas variáveis e o valor justo dos instrumentos financeiros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve mudanças no método de mensuração dos ativos e passivos financeiros que implicassem na reclassificação de ativos e passivos entre diferentes níveis de hierarquia de valor justo.

4. Gerenciamento de risco

No curso normal de suas operações, o Grupo está exposto a diversos riscos financeiros, sendo divididos em: mercado, crédito, liquidez e gestão de capital. As políticas de gestão de risco do Grupo visam definir um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes ao gerenciamento de riscos, alinhado com a estratégia de negócios das empresas que fazem parte do Grupo BR Partners. Esses riscos contam com uma estrutura de políticas e com os seguintes comitês: Comitê de Risco e Compliance, Comitê de Crédito, Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) e Comitê de *Underwriting*, observando-se as suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de risco, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos. A área Gestão de Riscos se reporta diretamente à Diretoria, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio.

a. Limites operacionais

A Gestão de Capital é exercida pela Administração do Grupo BR Partners e visa assegurar que a análise da suficiência do capital (índice de Basileia) seja feita de maneira independente e técnica, levando em consideração os riscos existentes e os inseridos no planejamento estratégico.

Saldo em 31/12/2025 Saldo em 31/12/2024

1.296.697 1.077.498

1.022.245 833.550

586.070 613.508

436.175 220.042

274.452 243.948

274.452 243.948

5.741.744 5.992.233

3.511.133 3.812.736

1.670.339 1.750.868

560.272 428.629

22,6% 17,9%

17,8% 13,9%

4,8% 4,0%

Consolidado (1)



BR PARTNERS

BRBI BR Partners S.A.

(anteriormente denominada "BR Advisory Partners Participações S.A.")

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

por tipo de carteiras, mitigando e prevenindo a exposição ao risco de mercado. A política de risco de mercado, revisada anualmente, define a estrutura de gestão de risco de mercado.

ii. Exposições ao Risco de Mercado – Carteira Trading

Os principais tipos de riscos dessa carteira são câmbio, taxas de juros, índice de preços e taxas de inflação. A ferramenta utilizada para medir e controlar a exposição ao risco de mercado na carteira de *trading* do Grupo é o *Value-at-Risk* ("VaR"). O VaR de uma carteira *trading* é a perda máxima estimada que pode ocorrer com uma probabilidade especificada (nível de confiança), durante um período determinado, considerando movimentos adversos do mercado. O modelo de VaR utilizado pelo Grupo é o paramétrico, baseado em um nível de confiança de 99%, para perdas diárias.

O modelo de VaR utilizado é baseado em uma abordagem paramétrica, com as volatilidades diárias calculada para cada fator de risco através da metodologia *EWMA* ("Exponentially Weighted Moving Average"), aplicando-se um fator *Lambda* de 0,96. Além disso, calcula-se a correlação entre os retornos diárias dos fatores de riscos, resultando na criação de uma matriz de correlação que é aplicada no cálculo do VaR da carteira.

Embora o VaR é uma importante ferramenta para mensurar o risco de mercado, as premissas nas quais o modelo é baseado possuem algumas limitações, incluindo:

– O uso de volatilidades e correlações, com base em dados históricos, para prever o comportamento futuro dos fatores de riscos pode não fornecer resultados precisos, especialmente se houver dados insuficientes de períodos de intensa volatilidade nos mercados financeiros;

– Um nível de confiança de 99% não reflete perdas que podem ocorrer além desse nível. Mesmo dentro do modelo utilizado, há uma probabilidade de 1% de que das perdas possam exceder o VaR calculado em um período de um ano;

– O VaR é calculado no final do dia e não reflete exposições que podem surgir em posições durante o dia de negociação.

A estrutura geral dos limites de VaR está sujeita a revisão e aprovação pelo ALCO. O VaR é medido pelo menos diariamente e mais regularmente para portfólios mais ativamente negociados. Relatórios sobre a utilização dos limites de VaR são submetidos ao ALCO mensalmente.

Os modelos de VaR do Grupo estão sujeitos a validação regular pelo Risco de Mercado do Grupo para garantir que continuem a ter o desempenho esperado e que as premissas utilizadas no desenvolvimento do modelo ainda sejam apropriadas. Como parte do processo de validação, os potenciais pontos fracos dos modelos são analisados utilizando técnicas estatísticas, como o *back-testing*.

Apresentação dos valores de VaR – Carteira Trading

	Fechamento	
	31/12/2025	31/12/2024
(Em milhares de reais)		
- Taxa de Juros	316	177
- Índice de Preços/Taxa de Inflação	668	541
- Moeda Estrangeira	106	113
- Outros	44	180
Total sem correlação	1.134	1.011
Total com correlação	891	696

iii. Exposições ao Risco de Mercado – Carteira Banking

O principal risco ao qual a carteira *Banking* está exposta é o risco de perda devido a flutuações nos fluxos de caixa futuros ou no valor justo dos instrumentos financeiros por causa de uma mudança nas taxas de juros de mercado, índice de preços e taxa de inflação. Os riscos são geridos principalmente através do monitoramento de *gaps* de taxa de juros, variações nos índices de preços e nas taxas de inflação. O ALCO é o comitê responsável pelo monitoramento e conformidades dos limites e é auxiliado pela tesouraria em suas atividades diárias de monitoramento.

Os riscos da carteira *Banking* são calculados com base nos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros, com base na metodologia *Delta NII*, conforme estabelecido pelo regulador. A análise de sensibilidade para instrumentos na carteira *Banking* sujeitos ao risco de mercado, inicia-se com a classificação das exposições por fatores de riscos. A carteira *Banking* utiliza o choque paralelo nas respectivas curvas de juros como metodologia para análise de sensibilidade (*Delta NII*), seguindo o comportamento das exposições e os *gaps* de cada fator de risco. A metodologia utilizada para definir as mudanças razoavelmente possíveis nos fatores de riscos para um período de 1 ano, utiliza a fórmula de desvios padrão para identificar intervalos de probabilidade de 95% e 99%, com base em um período histórico de 10 anos para cada fator de risco. Para analisar a sensibilidade, foram definidos possíveis cenários que serão aplicados às operações contidas na carteira *Banking*, considerando as mudanças que afetariam negativamente as posições do Grupo, as operações e os dados de mercado nas respectivas datas.

Os choques utilizados em cada cenário estão descritos abaixo (em Delta NII de milhares de Reais):

Taxa de Juros

Os fatores de risco estão relacionados com instrumentos financeiros (ativos e passivos) que são sensíveis a alterações nas taxas de juros e nas taxas de cupom de juros. Os choques foram calculados considerando o fluxo de caixa desses instrumentos financeiros.

• Cenário 1: +11pb (0,11% a.a.) na taxa de juros em Reais.

• Cenário 2: +54pb (0,54% a.a.) na taxa de juros em Reais.

• Cenário 3: +69pb (0,69% a.a.) na taxa de juros em Reais.

31/12/2025 31/12/2024

Carteira	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Banking	349	1.658	2.112	2.925	13.888	17.690
Total	349	1.658	2.112	2.925	13.888	17.690

Índice de Preços/Taxa de Inflação

São exposições sensíveis a variações nas taxas de cupom relacionadas a índices de preços. Os choques foram calculados sobre os fluxos de caixa dos instrumentos financeiros (ativos e passivos).

• Cenário 1: +20pb (0,20% a.a.) no índice de preços/taxa de inflação em Reais.

• Cenário 2: +57pb (0,57% a.a.) no índice de preços/taxa de inflação em Reais.

• Cenário 3: +83pb (0,83% a.a.) no índice de preços/taxa de inflação em Reais.

31/12/2025 31/12/2024

Carteira	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Banking	4.572	12.885	18.828	4.444	12.527	18.304
Total	4.572	12.885	18.828	4.444	12.527	18.304

c. Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A mensuração e o acompanhamento das exposições ao risco de crédito abrangem todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outros.

O Grupo possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito a seus clientes que leva em consideração seu porte, a natureza e complexidade das operações e o perfil de risco. Dessa forma, os principais fatores levados em consideração na construção da *rating* interna incluem o perfil de risco do negócio, perfil do risco financeiro e fatores de ajustes (política financeira, liquidez, influência do grupo econômico etc.).

Os critérios adotados para caracterizar a inadimplência incluem atrasos no pagamento de principal ou encargos, a piora na classificação do crédito da contraparte conforme critérios internos, a partir da análise inicial do crédito da contraparte e outros fatores que possam indicar redução de capacidade financeira para honrar as obrigações nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias. As estimativas de perdas associadas à inadimplência baseiam-se no valor exposto ao risco, na probabilidade de inadimplência e na severidade da perda, considerando as expectativas de recuperação.

Qualidade do crédito dos ativos financeiros – análise dos estágios:

Os percentuais de perda esperada são calculados com base em modelo interno fundamentado na probabilidade de deterioração do risco de crédito dos valores a receber ao longo de estágios sucessivos de inadimplência, desde a condição de adimplente até a baixa integral da operação.

O Grupo registra as perdas de crédito esperadas em seus ativos financeiros não classificados como VJR, com base em classificações por 3 estágios, sendo o primeiro referente às perdas esperadas pelo período de 12 meses e os demais por toda a vida da operação.

Na avaliação do modelo de perdas esperadas, foram adotados critérios para caracterizar *default* e aumento significativo de risco de crédito. Foram levados em consideração o procedimento atual de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; as características de risco de crédito das operações; sua taxa histórica de inadimplência; estimativas futuras de perdas e indicadores aplicáveis à área da atuação.

O Grupo adota o atraso de pagamento acima de 90 dias para o critério de *default*. Quanto ao critério de aumento significativo de nível de risco, considera a deterioração das duas categorias de *rating* (equivalente a 6 *notches*) em relação à classificação inicial de nível de risco da operação desde que a nova classificação atinja os níveis de qualidade de crédito fraca ou vulnerável. Essa variação do nível de risco é dada pela avaliação da *rating* do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito.

A qualidade de crédito de cada cliente é avaliada de forma julgamental, baseada em fatores qualitativos e quantitativos, incluindo o perfil de risco do negócio e financeiro da empresa, setor de atuação e desempenho econômico-financeiro.

Além disso, leva em consideração informações prospectivas, a estrutura da operação e suas garantias, entre outros aspectos.

A classificação dos ativos financeiros é realizada por estágios, da seguinte forma:

Estágio 1 – São estabelecidas as perdas de crédito esperadas para o máximo

de 12 meses, assim que um ativo financeiro é originado ou adquirido. Este estágio se aplica aos ativos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito e sem problemas de recuperação de crédito.

Estágio 2 – Perdas de crédito esperadas ao longo de toda a vida do instrumento financeiro. Este estágio se aplica aos ativos financeiros com aumento significativo no risco de crédito em relação ao momento que foram originados, mas que ainda não são considerados com problemas de recuperação.

Estágio 3 – Perdas permanentes de crédito esperadas para ativos com problemas de recuperação de crédito: Aplicável aos ativos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito devido à ocorrência de um ou mais eventos que impactam os seus fluxos de caixa futuros estimados. Na hipótese da aquisição de ativos financeiros com problemas de recuperação, tais ativos se enquadram nesse estágio.

Um ativo financeiro poderá migrar de estágio se apresentar deterioração significativa no nível de risco de crédito. Na hipótese de melhora do risco de crédito em estágio subsequente, com uma reversão do risco significativo detectado anteriormente, o ativo poderá voltar para o estágio anterior, caracterizando o processo de cura, a menos que seja um ativo adquirido com problemas de recuperação de crédito na origem.

Análise dos estágios:

	Estágio 1	Impairment	Estágio 2	Estágio 3	Impairment	Total
Operações de crédito	185.275	(317)	–	18.800	(14.312)	184.958
Certificados de Recebíveis Imobiliários	901.555	(2.762)	–	–	–	903.281
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	41.579	(807)	–	–	–	40.772
Cotas de Fundo de Investimento	1.936.305	(13.020)	–	–	–	1.923.285
Debêntures	328.969	(2.624)	–	–	–	326.345
Notas Comerciais	115.581	(509)	–	–	–	115.072
Outros Créditos	3.509.264	(20.039)	–	14.777	(14.777)	3.493.713

	Estágio 1	Impairment	Estágio 2	Estágio 3	Impairment	Total
Operações de crédito	347.283	(760)	–	–	–	346.523
Certificados de Recebíveis Imobiliários	864.587	(6.605)	–	–	–	857.982
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	30.257	(246)	–	–	–	



BR PARTNERS

BRBI BR Partners S.A.

(anteriormente denominada "BR Advisory Partners Participações S.A.")

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Expositivas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Controladora		
Bancos – Conta corrente e caixa	29.504	2
Total	29.504	2
Consolidado		
Bancos – Conta corrente e caixa	3.040	62
Reservas livres	1.034	380
Disponibilidades em moedas estrangeiras	3.675	27.936
Aplicações em compromissadas ⁽¹⁾	130.043	546.857
Total	137.792	575.235

(1) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as aplicações compromissadas estavam, substancialmente, com data de revenda para o dia 2 de janeiro de 2026 e 2025, respectivamente.

6. Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

	Valor de mercado/ contábil	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Controladora			
Cotas de fundos de investimento			
- Cotas de fundos de investimento	89.557	117.895	
Total	89.557	117.895	
Consolidado			
Títulos públicos (1)			
- Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	377.269	354.910	
- Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.053.142	425.016	
- Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	8.331.749	7.843.046	
- Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	1.599.085	41.454	
- Títulos públicos de governos estrangeiros	8.750	20.308	
Títulos privados (2)			
- Certificados de Recebíveis Imobiliários	26.516	152.762	
- Certificados de Recebíveis do Agronegócio	61.000	64.427	
- Debêntures	86.833	97.906	
- Cédula de Crédito Imobiliário	-	90.517	
Cotas de fundos de investimento	168.306	182.871	
- Cotas de fundos de investimento	168.306	182.871	
Total	11.712.650	9.273.217	

b. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	Valor de mercado/contábil	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Consolidado			
Títulos privados (2)			
- Certificados de Recebíveis Imobiliários	903.281	857.201	
- Certificados de Recebíveis do Agronegócio	40.772	30.012	
- Cédula de Produto Rural	-	74.766	
- Debêntures	326.345	75.688	
- Notas Comerciais	115.072	25.901	
Cotas de fundos de investimento	1.923.285	1.316.089	
- Cotas de fundos de investimento	1.923.285	1.316.089	
Total	3.308.755	2.379.657	

(1) Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC") do Banco Central do Brasil, cujo valor de mercado foi calculado através dos preços divulgados pela ANBIMA.
(2) Os Certificados de Recebíveis Imobiliários, Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Cédulas de Produto Rural, Debêntures, Cédulas de Crédito Imobiliário e Notas Comerciais são classificados como Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"), e estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("B3 S.A."), cuja valorização é efetuada por IPCA ou CDI + taxa de juros prefixadas.

7. Instrumentos financeiros derivativos

a. Composição por indexador

	Saldo em 31/12/2025	
Controladora		
Swap		
IPCA x CDI	57	5.070
Pré x CDI	2.954	73.076
Total	3.011	78.146
Não houve contratação de instrumentos financeiros derivativos na Controladora para 31 de dezembro de 2024.		
Consolidado		
Swap		
IPCA x CDI	55.722	179.205
IPCA x Pré	176	32.950
CDI x Dólar	7.157	201.600
CDI x IPCA	721.822	6.893.412 (219.779)
CDI x Pré	71.245	2.571.538 (18.275)
CDI x CDI	956	1.031.819
Pré x CDI	10.655	1.158.766 (19.033)
Pré x IPCA	1.499	439.737 (165)
Total	32.552	942.256 (46.317)
Termo de moedas	15.629	640.728 (22.390)
Dólar x Pré	1.485	78.040 (14.356)
Pré x Dólar	10.460	451.469 (8.034)
Pré x lene	3.684	111.219
Termo de commodities	16.923	301.528 (23.927)
Commodities	16.923	301.528 (23.927)
Opções	106.239	270.889 (4.522)
Compra de opções de compra	105.234	181.927
Compra de opções de venda	1.005	88.962
Venda de opções de compra	-	(2.488)
Venda de opções de venda	-	(2.034)
Futuros	15.326	3.421.165 (29.376)
Posição comprada	770	889.134 (29.240)
DAP	10	184.490 (2.549)
DDI	-	(7.257)
DI1	532	665.268
DOL	-	(15.656)
WDO	-	(2.580)
Moedas – FX	-	(1.127)
Commodities – Internacional	228	39.376 (71)
Posição vendida	14.556	2.532.031 (136)
DDI	3.275	226.286
DI1	281	1.488.800 (42)
IND	-	(67)
WDO	4.247	780.406
Moedas – FX	3	1.617
Commodities – internacional	6.750	34.922 (27)
Total	1.023.349	17.143.337 (344.451)
Saldo em 31/12/2024		
Consolidado		
Swap		
IPCA x CDI	834.744	9.132.760 (170.417)
CDI x Dólar	41.009	357.838 (5.569)
IPCA x Pré	19.888	410.087 (7.318)
CDI x IPCA	2.776	32.950
CDI x Pré	129.684	1.581.558
CDI x CDI	2.328	111.465

Não houve contratação de instrumentos financeiros derivativos na Controladora para 31 de dezembro de 2024.

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Saldo em 31/12/2025
Controladora	
Ativo	
Swap	(350)
Total	(350)
Passivo	
Swap	(1.538)
Total	(1.538)

	Saldo em 31/12/2025
Consolidado	
Ativo	
Swap	324.639
NDF	30.113
Opções	100.008
Futuros	15.326
Total	470.086
Passivo	
Swap	(431.095)
NDF	(45.591)
Opções	(5.278)
Futuros	(29.376)
Total	(511.340)

	Saldo em 31/12/2024
Controladora	
Ativo	
Swap	92.355
NDF	197.560
Opções	10.771
Futuros	21.272
Total	321.958
Passivo	
Swap	(311.850)
NDF	(107.034)
Opções	(14.343)
Futuros	(21.943)
Total	(455.170)

	Sal
--	-----



BR PARTNERS

BRBI BR Partners S.A.

(anteriormente denominada "BR Advisory Partners Participações S.A.")

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2025.

a. Remuneração do pessoal-chave

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Controladora		
Pró-labore	3.500	2.610
Encargos sociais	700	522
Total	4.200	3.132
Consolidado		
Pró-labore	56.733	38.397
Encargos sociais	11.347	7.679
Total	68.080	46.076

O pessoal-chave da Administração é representado pela diretoria estatutária e Conselho de Administração que, além dos dividendos decorrentes de suas participações na BR Partners Holdco Participações S.A., recebem uma remuneração pelos serviços prestados na Companhia, que é registrada em "Despesas de pessoal".

b. Outras informações

São consideradas como partes relacionadas:

- Diretores e membros dos conselhos administrativos da Companhia, bem como os respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; e
- Pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação superior a 10% do capital social na Companhia.

10. Investimento em controladas

i. Controladas diretas

• BR Partners Assessoria Financeira Ltda.

Empresa prestadora de serviços de assessoria e consultoria financeira, particularmente em finanças corporativas, incluindo fusões, aquisições, vendas, incorporações, cisões, reestruturações societárias e demais operações de intermediação de participações societárias, dentro e fora do território nacional, e a participação no capital de outras sociedades de qualquer natureza, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou quotista.

• BR Partners Gestão de Recursos Ltda.

Prestadora de serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários e de gestão de recursos de terceiros, a atuação nos mercados financeiros e de capitais como gestor ou administrador de fundos de investimento em geral, nos termos da regulamentação aplicável e a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, no Brasil e no exterior, quaisquer que sejam seus objetos.

• BR Partners Participações Financeiras Ltda.

Empresa detentora de participações societárias no BR Partners Banco de Investimento S.A., na qualidade de acionista.

• BR Partners Mercados de Capitais Ltda.

Empresa prestadora de serviços de intermediação de valores mobiliários, particularmente como coordenador de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, bem como a prestação de serviços de assessoria financeira na estruturação e originação de operações de dívidas e na reestruturação de dívidas e a participação no capital de outras sociedades de qualquer natureza, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou quotista.

• BR Partners Assessoria em Soluções de Capital Ltda.

Empresa prestadora de serviços de assessoria e consultoria financeira, particularmente em finanças corporativas, incluindo reestruturação financeira, renegociação de dívidas, fusões, aquisições, vendas, incorporações, cisões, reestruturações societárias e demais operações de intermediação de participações societárias, dentro e fora do território nacional, e a participação no capital de outras sociedades de qualquer natureza, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou quotista.

ii. Controladas indiretas

• BR Partners Europe B.V.

Empresa com sede em Amsterdam, Países Baixos, cujo objeto social são atividades de consultoria em gestão empresarial.

• BR Partners Banco de Investimento S.A.

O Banco BR Partners tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento e câmbio. É constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pela BR Partners Participações Financeiras Ltda. e indiretamente pela Companhia, holding do Grupo.

• BR Partners Corretora de Seguro Ltda.

Empresa prestadora de serviços de atividade de corretagem de seguros nos ramos elementares, de seguro de vida, capitalização, planos previdenciários e de saúde, bem como administração de bens próprios, incluindo a prestação de serviços correlatos, desde que devidamente autorizada pela autoridade competente na forma da legislação aplicável, além de participação, diretamente ou através de subsidiárias no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou quotista.

iii. Fundos de investimento ("Fundos exclusivos")

• Total Fundo de Investimento Financeiro – Classe de Investimento Multimercado Crédito Privado – Responsabilidade Limitada ("Total FIM")

O Total FIM foi constituído em 29 de dezembro de 2010 sob a forma de condomínio aberto, iniciou suas atividades em 10 de janeiro de 2011, com prazo indeterminado de duração. Destina-se, exclusivamente, a receber investimentos de seu único cotista, o Banco BR Partners, investidor qualificado e tem por objetivo proporcionar ao seu cotista, rentabilidade por meio das oportunidades oferecidas pelos mercados de taxa de juros pós-fixadas e prefixadas, índices de preço, moeda estrangeira, renda variável e derivativos, de forma que o Total FIM fique exposto a vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator especial. Trata-se de um fundo exclusivo da Companhia.

• BR Partners Capital ("BR Capital")

O BR Capital é um fundo domiciliado nas Ilhas Cayman, administrado pelo Banco Bradesco S.A., com prazo indeterminado de duração, cuja estratégia de investimento é obter rentabilidade em títulos e valores mobiliários, incluindo ações e títulos de dívida, moedas, opções, futuros e outros derivativos, com foco no mercado brasileiro. Trata-se de um fundo exclusivo da Companhia.

	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Integralização de capital	Outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	Saldo em 31/12/2025	
	Saldo em 31/12/2024	(41.193)	(41.193)	–	452	1.778
Controladora	1.326	41.193	(41.193)	–	452	1.778
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.						
BR Partners Assessoria Financeira Rio de Janeiro Ltda.	–	(53)	(105)	1.104	–	946
BR Partners Mercados de Capitais Ltda.	1.000	26.296	(26.296)	–	–	1.000
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	691.344	39.039	(107.687)	–	(1.524)	621.172
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	2.000	47.517	(47.514)	–	–	2.003
BR Partners Assessoria em Soluções de Capital Ltda.	500	24.092	(24.092)	–	–	500
Total	696.170	178.084	(246.887)	1.104	(1.072)	627.399

	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	Saldo em 31/12/2024	
	Saldo em 31/12/2023	(42.453)	(42.454)	348	1.326
Controladora	979	42.453	(42.454)	348	1.326
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.					
BR Partners Mercados de Capitais Ltda.	1.000	44.334	(44.334)	–	1.000
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	723.063	17.294	(43.510)	(5.503)	691.344
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	2.000	31.428	(31.428)	–	2.000
BR Partners Assessoria em Soluções de Capital Ltda.	500	60.358	(60.358)	–	500
Total	727.542	195.867	(222.084)	(5.155)	696.170

⁽¹⁾ Representado por ajustes reflexos de avaliação patrimonial registrados no BR Partners Banco de Investimento S.A. e BR Partners Assessoria Financeira Ltda.

11. Outros valores a pagar

	Controladora	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Dividendos a pagar	385	735	385	735
Valores a pagar a sociedades ligadas	9.036	–	–	–
Passivo de arrendamento ⁽¹⁾	–	–	32.568	29.441
Provisão a pagar despesas de pessoal	23	1.767	3.859	42.998
Provisão para contingência (nota 20.b)	–	–	556	1.368
Provisão para garantias de fianças prestadas ⁽²⁾	–	–	197	532
Resultado de exercício futuro	–	–	2.419	1.772
Outros	–	–	2.707	385
Total	9.444	2.502	42.691	77.231

⁽¹⁾ O Grupo arrenda andares de prédio comercial e que tem duração de 10 anos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os valores mínimos não canceláveis de arrendamentos estão apresentados entre 1 e 10 anos.

⁽²⁾ Refere-se a comissões sobre avais e fianças que se encontram na carteira de crédito do BR Partners Banco de Investimentos S.A. Nota explicativa 20.a.

12. Passivos financeiros

a. Valor justo por meio do resultado

	Valor de mercado/contábil	
	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Consolidado	33.222	33.222

b. Custo amortizado

	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024



BR PARTNERS

BRBI BR Partners S.A.

(anteriormente denominada "BR Advisory Partners Participações S.A.")

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros

Controladora	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
- Rendas com ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	13.646	10.204
- Despesas com ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(7.260)	(218)
Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	6.386	9.986

Consolidado

Receitas de juros

- Rendas de operações de crédito e outros créditos	56.594	17.866
- Rendas de garantias prestadas	2.118	1.961
Ativos financeiros		
- Ao custo amortizado	13.708	-
- Ao valor justo por meio do resultado	1.911.922	1.382.973
Total de receitas de juros	1.984.342	1.402.800

Despesas de juros

- Despesas de captação	(1.627.750)	(1.028.134)
- Ajuste positivo (negativo) de valor de mercado – captação (Objeto de Hedge)	200	(340)
Ativos financeiros		
- Ao valor justo por meio do resultado	(372.108)	(1.060.311)

Total de despesas de juros

Ganhos (perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	(1.999.658)	(2.088.785)
---	--------------------	--------------------

Ganhos (perdas) com operações de derivativos

Rendas em operações com derivativos	10.092.916	5.541.317
Despesas em operações com derivativos	(9.882.133)	(4.679.151)
Total	210.783	862.166

Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros

	211.576	216.397
--	----------------	----------------

16. Despesas administrativas

Controladora	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Despesas de serviços de terceiros	6.874	781
Despesas do sistema financeiro	887	498
Despesas de processamento de dados	123	120
Despesas de viagem	230	141
Despesas de propaganda e publicidade	271	259
Outras despesas	1.000	587
Total	9.385	2.386

Consolidado

Despesas de serviços de terceiros	54.909	85.131
Despesas de serviços do sistema financeiro	8.967	8.518
Despesas de processamento de dados	11.701	9.549
Despesas com amortização e depreciação	10.837	7.509
Despesas de aluguel	3.933	4.457
Despesas de viagem	5.524	2.884
Despesas de comunicação	4.656	4.555
Despesas de promoções e relações públicas	3.206	2.472
Despesas de tributárias	6.435	2.960
Outras despesas	8.806	8.623
Total	118.974	136.658

17. Despesas tributárias

Consolidado	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Receitas de prestação de serviços	3.061	3.426
- PIS	14.801	16.039
- COFINS	15.623	17.977
Resultado de instrumentos financeiros líquidos de juros	1.110	1.064
- PIS	6.815	6.546
Total	41.410	45.052

18. Tributos sobre o lucro

a. Tributos correntes e diferidos

Controladora	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Resultado antes da tributação sobre o lucro	170.514	197.058
Aliquota (25% de IR e 9% de CSLL)	(57.975)	(67.000)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(2.506)	(408)
- Adições/exclusões permanentes	575	3.541
- Diferenças temporárias sem registro de ativos fiscais diferidos	60.548	66.595
- Adições/exclusões de equivalência patrimonial	2.547	(3.388)
Diferido – constituição/(reversão) do exercício	1.370	(2.728)
Prejuízo fiscal e base negativa	4.559	(3.388)
Imposto de renda e contribuição social nos exercícios		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.732	(3.388)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.173)	-
Imposto de renda e contribuição social nos exercícios	4.559	(3.388)
Consolidado		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	232.651	239.430
Encargo total do imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes	(79.078)	(81.406)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(189)	1.359
- Adições/(exclusões) permanentes	575	187
- Diferenças temporárias sem registro de ativos fiscais diferidos	21.114	34.100
- Outros valores ⁽¹⁾	(57.578)	(45.760)
Imposto de renda e contribuição social dos exercícios	4.559	(3.388)
Aliquota efetiva	24,7%	19,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(32.459)	(12.199)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(25.119)	(34.873)
Imposto de renda e contribuição exercícios anteriores ⁽²⁾	-	1.312
Imposto de renda e contribuição social dos exercícios	(57.578)	(45.760)

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que: i) somos responsáveis pelas informações contidas neste arquivo; e ii) revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRBI BR Partners S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada "BR Advisory Partners Participações S.A.", relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo (SP), 3 de fevereiro de 2026

José Flávio Ferreira Ramos

Diretor Financeiro

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que: i) somos responsáveis pelas informações contidas neste arquivo; e ii) revisamos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRBI BR Partners S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada "BR Advisory Partners Participações S.A.", relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo (SP), 3 de fevereiro de 2026

José Flávio Ferreira Ramos

Diretor Financeiro

continua ...



BR PARTNERS

BRBI BR Partners S.A.

(anteriormente denominada "BR Advisory Partners Participações S.A.")

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÉ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da BRBI BR Partners S.A. (Companhia), anteriormente denominada "BR Advisory Partners Participações S.A.", é um órgão não estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração. Atualmente, é composto por três membros independentes, dos quais dois são integrantes do Conselho de Administração da Companhia. Conforme disposto em seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria supervisionar e avaliar a atuação, independência e qualidade dos trabalhos das auditorias independente e interna, a qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e do gerenciamento de riscos, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, bem como receber denúncias relacionadas a essas matérias. O processo de supervisão do Comitê de Auditoria é conduzido por meio de reuniões periódicas e fundamenta-se na avaliação das informações fornecidas pela Administração da Companhia, nas apresentações dos resultados dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos, bem como nas informações fornecidas pelos responsáveis pelos controles internos, conformidade e gestão de riscos. Durante o ano de 2025, o Comitê de Auditoria manteve 13 reuniões, cumprindo integralmente o plano de trabalho anual aprovado pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, revisou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nas reuniões mantidas, nos trabalhos e avaliações realizados, nas informações apresentadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., bem como nas discussões e esclarecimentos fornecidos pela Administração da Companhia, o Comitê recomenda a aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração.

São Paulo (SP), 3 de fevereiro de 2026

Comitê de Auditoria

Eduardo Bunker Gentil

Luiz Henrique Lobo

Carla Alessandra Trematore

A Diretoria

Hideo Antonio Kawasaki – Contador CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da
BRBI BR Partners S.A. (Anteriormente denominada "BR Advisory Partners Participações S.A.")
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRBI BI Partners S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada "BR Advisory Partners Participações S.A.", identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BRBI BI Partners S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração de instrumentos financeiros

Veja as notas explicativas 3.n e 6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia possui aplicação em instrumentos financeiros representados por cotas de fundos de investimento em participações classificada como nível 3 na hierarquia de valor justo. Esses fundos possuem investimentos em ações de companhias fechadas, sem cotação em bolsa ou mercado ativo, registrados pelo seu valor justo. A mensuração do valor justo foi efetuada por meio do método de fluxo de caixa descontado, a qual considera premissas e expectativas de projeções de resultados futuros das companhias investidas, tais como: taxas de crescimento, taxas de desconto e taxas de inflação, estabelecidas internamente pela Administração.

Devido à relevância e às incertezas relacionadas as premissas para a determinação do valor justo dos fundos que podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras da Companhia, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:

- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da técnica de avaliação (fluxo de caixa descontado) e a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação do laudo, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto e taxas de inflação;
- Verificação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas da adequação dos cálculos matemáticos incluídos em tais laudos de avaliação;
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos instrumentos financeiros classificados como nível 3, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos, avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente do erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamo todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

KPMG KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 027.685/O-0 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP 153.569/O-0

www.brpartners.com.br

ESTADÃO

APP Estadão

Toda informação que você precisa em tempo real

Baixe agora e fique sempre
por dentro das notícias mais
importantes.

